

Sobre os limites do comparatismo em história cultural¹

Michel Espagne

Tradução de Guilherme Simões Gomes Júnior

A historiografia, em particular no domínio franco-alemão, permaneceu, durante longo tempo, ligada a um modelo de legitimação que a conduzia a definir seus objetos em termos nacionais. A multiplicação das perspectivas comparatistas pode apenas ser considerada uma guinada positiva. Entretanto, é possível imaginar outras maneiras de escapar aos constrangimentos de uma historiografia nacional, sem lançar mão do comparatismo. Com efeito, isso não deve ser considerado o principal recurso científico contra o etnocentrismo historiográfico que espreita a história cultural na Europa. Seria conveniente empreender então uma crítica construtiva e mostrar os limites prováveis de um método cuja utilidade parcial e temporal não seja colocada em questão. Nas reflexões que se seguem, cuja pretensão é de ordem metodológica, diversas teses são desenvolvidas sucessivamente,

¹ « Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle ». In : *Genèses*, 17, (Les objets et les choses) 1994; pp.112-121. Tradução autorizada pelo autor. Michel Espagne é germanista, diretor de pesquisa no CNRS, responsável pela Unidade Mista de Pesquisa: Países Germânicos e também pelo Laboratório TransferS (ENS-CNRS-Collège de France); prêmio da Fundação Humboldt 2011. A tradução contou com a atenta revisão de Mônica de Carvalho, a quem agradeço (nota do tradutor).

cada uma delas acompanhadas de exemplos relativos ao século XIX, principalmente².

O comparatismo pressupõe áreas culturais fechadas, cujas especificidades podem ser ultrapassadas posteriormente graças a categorias abstratas.

O que se entende por “historiografia comparada”? A expressão tem inicialmente um sentido trivial: os resultados parciais de pesquisa não podem permanecer isolados, mas devem ser elevados a certo nível de generalidade e, por meio dela, comparados entre si. A essa significação estreita agrega-se um sentido mais amplo: a historiografia deve parar de se consagrar à identidade nacional atuando na perspectiva de romper o quadro.

Comparar dois objetos significa opô-los para enumerar suas semelhanças e suas diferenças e, por meio de um deslizamento inevitável, petrificar as oposições. Com efeito, é possível comparar apenas o que não se confunde. Quando se compara um grupo social na França e na Alemanha, parte-se do pressuposto de que o pertencimento nacional não pode deixar de ser um traço pertinente; tal conclusão resta interdita. A comparação reforça a clivagem nacional e torna problemática colocá-la em questão.

O *tertium comparationis* entre os dois termos de uma comparação é em princípio indispensável. Ora, essa mediação, no caso de comparações entre nações, conduz ao risco de se chegar à projeção de um ponto de vista estritamente nacional. O historiador se vê obrigado a operar com as mesmas noções dos “intelectuais, homens políticos, professores ou dos burgueses

² As referências remetem frequentemente a trabalhos que são resumidos aqui de forma alusiva. Para uma definição de conjunto da problemática das transferências culturais, conferir, sobretudo Espagne & Werner (1987) e Espagne & Werner (1988). Mais recentemente pode-se consultar também o número 14 de *Genèses* (1994).

européus do século XIX”, e essas noções, no lugar de auxiliarem a pesquisa, tornam-se novas imposições ideológicas. Quando essas categorias tão vastas são deixadas de lado, pode-se muitas vezes se chegar à constatação de que não há mais nada a comparar; como no trabalho sobre o duelo na França, na Alemanha e na Inglaterra (Frevort, 1988) que, por exemplo, mostra apenas a incompatibilidade entre sistemas de valores e códigos muito heterogêneos.

O problema principal diz respeito à posição do observador. Quase sempre a comparação se reduz às diferenças do eu e do outro. O nível no qual a comparação acontece corresponde então apenas a uma extensão da dimensão subjetiva e nacional. Um estudo sobre o sistema educativo europeu escrito na Alemanha dará ao conceito de *bildung* (formação, em um sentido quase metafísico) um lugar central, enquanto que, na escrita de pesquisadores franceses e ingleses, esse conceito poderia apenas ser evocado, sem ocupar um lugar central. A história do comparatismo na França, desde o início do século XIX, mostra que o princípio da comparação nunca redundou em autonegação, mas, ao contrário, consistiu em defender indiretamente o ponto de vista nacional. Basta ler a argumentação de um professor de literatura estrangeira em favor do francês:

“O italiano é muito suave, o espanhol muito sonoro; além disso, essas duas línguas são exclusivamente meridionais, isto é, pouco simpáticas às vozes dos povos do Norte. Pois as nações que elas representam, longe de estarem em busca de generalizar sua influência, estão totalmente abertas à influência estrangeira. Descartarei o alemão por uma causa análoga: ele é muito setentrional; por ser ao mesmo tempo rude e vago, jamais será conveniente ao gênio dos povos do Midi. O inglês,

também muito germânico, mas distribuído por todos os cantos do mundo, em razão do caráter aventureiro da nação que o fala, não se aclimatou em parte alguma, a não ser com a raça anglo-saxã; ele tem então uma bela carreira a cumprir no novo mundo, onde é chamado para civilizar um continente. Quanto às línguas eslavas, não direi nada, por não conhecê-las. Resta, portanto, a língua francesa.” (Arnould, 1858) ³

O comparatismo coloca em paralelo constelações sincrônicas sem levar em conta suficientemente a sucessão cronológica de suas interferências.

As comparações incidem sobre momentos de uma cultura que, em razão de semelhanças semânticas, são percebidos como fenômenos paralelos. Mas esses momentos estão ancorados num desenvolvimento que se estende por decênios ou séculos. Qualquer um que se esforce no sentido de comparar as bibliotecas ou o papel das Igrejas na França e na Alemanha obterá sem dúvida uma lista significativa de diferenças estruturais. Mas, tomadas em si mesmas, elas não possuem nenhum valor explicativo, pois os lugares que ocupam nos domínios nacionais respectivos não são em nada simétricos. Algumas experimentações, como a de Isaac Chiva e Utz Jeggle (1987) têm mostrado que os universos de pesquisa na sua totalidade se assemelham apenas no nível semântico, mas não apresentam qualquer paralelo no âmbito da função relativa aos campos científicos das culturas consideradas. Entre a etnologia e a *Volkskunde*⁴ há no fundo poucas comparações possíveis quando se vai além da constatação de que o termo *Volkskunde* é traduzido muitas vezes

³ Sobre a história do ensino das culturas e das literaturas estrangeiras na França, cf. Michel Espagne (1993).

⁴ Folclore; folclorismo [N do T].

por etnologia. Os dois domínios possuem, até os últimos anos, uma situação radicalmente diferente nos respectivos sistemas culturais. Podemos estar certos de que, atualmente, os termos mais galvanizados que servem para designar certas engrenagens econômicas como “economia de mercado” ou “gestão de recursos humanos” remetem a significados comparáveis em Paris, Frankfurt e Cottbus?

Pode-se, algumas vezes, com maior utilidade, colocar em relação, ou em paralelo, momentos de duas culturas que tenham parentesco semântico. A verdadeira orientação da filologia alemã no sistema das ciências do século XIX será na França ciência social, de orientação filosófica, ideologia política à maneira de Victor Cousin (Espagne & Werner, 1986). Só a dimensão do tempo pode explicar as diferenças estruturais. Mas, períodos de evolução não se deixam também facilmente conduzir a um denominador comum assim como observações sincrônicas.

Desse quadro, deriva o interesse científico fundado na ideia de que é necessário escolher objetos de pesquisa que não façam aparecer apenas pontos de contato semânticos e formais, mas também históricos. No lugar de comparar os médicos, os artesãos, os comerciantes etc., na Alemanha e na França, a atenção dos historiadores poderia ser orientada para os médicos, os artesãos, os professores (Espagne; Lagier; Werner, 1991) alemães na França, etc.

Dessa maneira, é possível:

- não perder de vista a continuidade histórica da qual resulta o contato pontual entre duas culturas;
- analisar as diferenças, assim como as práticas, contextualizadas;
- confrontar as expectativas características dos dois termos;
- ter em conta a determinação complexa da conjuntura no

contexto francês que acolhe, por exemplo, um bem cultural ou um grupo social alemão.

As comparações produzem um resultado anistórico, porque os pontos de contato entre as culturas estão imbricados num processo permanente. Quando o historiador se liga a um grupo de mediadores, por exemplo, a colônia alemã na França, ele deve buscar a apreensão do ponto de convergência de evoluções heterogêneas, aquela do contexto da partida e aquela do contexto de chegada. Nos escritórios das cidades alemãs de Hanse nos portos franceses, particularmente em Bordeaux, estão concentrados, por exemplo, os problemas da história da França e da história da Alemanha que, nesse ponto preciso, aparecem excepcionalmente como parte de uma história única.

O comparatismo opõe grupos sociais no lugar de destacar os mecanismos de aculturação.

É útil ter em conta as camadas sociais que compõem a sociedade europeia. As fontes de renda, os tempos de trabalho, as condições de higiene, as formas de organização, as taxas de fecundidade podem e devem ser apresentadas em quadros sintéticos. Um efeito derivado dessas estatísticas consiste sempre em hipostasiar sujeitos coletivos, para forjar universais. Toda catalogação de grupos humanos que não se coloca em questão pode levantar a suspeita de uma petrificação arbitrária. O que significaria para o século XIX colocar em paralelo os corpos das universidades dos dois lados do Reno?

Um olhar liberado de pressuposições pode ser direcionado, sobretudo, a grupos que, na condição de entidades autônomas, estão prestes a desaparecer, a se dissolver em um contexto estrangeiro; estes deveriam ser os objetos privilegiados de uma história autenticamente supranacional.

Os impressores-editores alemães na Paris do século XIX, por exemplo, adaptaram ao contexto francês uma técnica adquirida na Alemanha e transformaram, dessa forma, não somente sua própria identidade, mas a estrutura do seu contexto de inserção. A mesma observação vale para os médicos, os professores, os pintores, os músicos, os fotógrafos de origem alemã que trabalharam na França.

Comunidade confessional, os judeus alemães na França conquistaram sua assimilação aos judeus franceses; e a implantação da “ciência do judaísmo” tomou tal dimensão na constituição de uma consciência laica (Simon-Nahum, 1991), que, no fim do século XIX, na época do caso Dreyfus, a consciência popular chegou a confundir alemães e judeus. Uma aproximação, ou uma fusão de grupos sociais vindos dos dois lados da fronteira franco-alemã é possível apenas em uma escala quantitativamente reduzida. São precisamente esses grupos que permitem a superação, não somente abstrata, dos estereótipos nacionais.

Uma contribuição metodológica fundamental ao problema das mestiçagens culturais, que ultrapassa em muito os problemas próprios à América Latina indígena, para mim foi realizada pelas obras de Nathan Wachtel (1971/1990), que soube nelas formular questionamentos paradigmáticos: de que forma as sociedades pré-colombianas puderam conservar, malgrado a conquista e a importação massiva de bens culturais estrangeiros, as estruturas mentais que lhes eram próprias? De que forma as estruturas de mentalidade podem-se superpor e constituir a longo termo uma nova combinação? Essa questão mereceria também ser colocada no contexto franco-alemão a propósito do conjunto de comunidades profissionais ou confessionais que atravessaram a fronteira. Para isso, seria necessário destacar os grupos de

imigrantes e emigrados e empreender a análise dos microefeitos que puderam exercer em microcontextos. A análise sistemática dos dossiês de naturalização no correr de um século e dos mecanismos sociais, econômicos ou culturais que eles desvelam poderia oferecer um material muito rico para tais microanálises.

As comparações são particularmente territoriais. Em inúmeros casos, a observação de relações objetivas entre espaços europeus poderia ter um valor explicativo maior em sua estrutura social e cultural.

Entre os historiadores se observa, atualmente, a tendência de comparar cidades ou províncias alemãs com cidades ou províncias francesas, de porte equivalente. O modelo latente desses projetos de pesquisa, cheios de boas intenções, parece ser aquele das geminações interurbanas. A escolha das cidades ou das províncias é realizada segundo critérios de repartição abstrata (número de habitantes, setores industriais representados etc.). Poder-se-ia falar de uma historiografia pilotada por considerações políticas, de uma historiografia da qual se espera uma espécie de eficiência cívica. Os resultados são listas de diferenças ou de convergências, desde as taxas de fecundidade até o estilo da gestão das empresas.

Não se pode minimizar aqui o perigo de ignorar o tecido de relações reais. Bordeaux, Nantes e as cidades de Hanse resultam de crescimento econômico e de definição cultural derivados de suas relações (Espagne, 1991). Será perfeitamente justificado não somente comparar Bordeaux a Hamburgo e Bremen, mas também analisar a história de um território europeu constituído sobre a base de um eixo de comunicação. A navegação entre a Gasconha e a Prússia oriental definiu um espaço cultural real, cimentado por práticas econômicas coletivas, por

comportamentos familiares e religiosos homogêneos, por trocas epistolares constantes.

A relação com a França, na história social e cultural de algumas regiões alemãs, merece igualmente ser investigada. É possível, certamente, comparar a estrutura social de Saxe com a de qualquer província francesa. Mas outra maneira de abordar a história dessa região, por meio de uma historiografia transnacional, consistiria em verificar a existência de uma relação estruturante com a França no desenvolvimento de Saxe. A cultura de corte na época de Augusto, o Forte, as coleções das galerias de Dresden, a história do livro, as viagens a partir ou em direção a Leipzig, a literatura liberal do século XIX alemão, as reações dos saxões a Napoleão, o episódio da Batalha das Nações, a história dos estudantes e pesquisadores franceses em Leipzig, a cultura francesa da alta administração em Dresden, os volumes de trocas na feira de Leipzig, as revoluções do século XIX vistas de Saxe, todos esses elementos conduzirão à identificação da presença francesa na história interna de Saxe, profundamente ancorada nas estruturas econômicas e administrativas. Nessa perspectiva francesa, pode-se facilmente esquematizar de forma invertida uma comunidade cultural franco-alemã na base da região de Saxe. A história do livro, a imigração de saxões, a relação tradicional dos franceses com o saxão, como língua alemã de referência, a problemática das relações germano-polonesas na política francesa, todos esses elementos ilustram a existência de um momento saxão privilegiado na percepção francesa da Alemanha (Espagne & Middell, 1993).

Esse parentesco, evidente para o espaço renano, poderia ser demonstrado no estudo de numerosas regiões da Alemanha, com resultados mais ou menos importantes; e constituir o ponto de partida de uma historiografia não somente comparativa, mas autenticamente binacional.

As comparações tratam de objetos de presumida expressão identitária. Em razão disso, uma parte estrangeira na estrutura social da memória nacional, propriamente dita, é deslocada da atenção do observador.

Quando são realizadas comparações, destacam-se estruturas que são percebidas como específicas do espaço nacional considerado, essencialmente os elementos de uma cultura em torno dos quais se cristaliza a memória do grupo nacional, isto é, os “lugares de memória” no sentido amplo (edifícios escolares, ruas, monumentos aos mortos, bibliotecas). Com isso, perde-se de vista que o tecido da memória não abarca somente um espaço cultural, mas diversos, da mesma forma que os lugares de culto podem fazer sentido para diversas religiões.

Podem-se enumerar, na França, muitos “lugares de memória” franco-alemães: a Biblioteca Real de Paris, para as ciências humanas na Alemanha do século XIX; as ruas de Paris e seus garis provenientes de Hesse (Pabst, 1992); a arquitetura neoclássica da cidade portuária de Bordeaux, inspirada pelo gosto de uma burguesia vinda do Norte. Uma série de monumentos arquitetônicos posteriores ao *Gendarmenmarkt*⁵, caro aos huguenotes berlinenses, e também o momento da Batalha das Nações⁶ em Leipzig, inaugurado na véspera da guerra de 1914 para reavivar o espírito das guerras de libertação são verdadeiramente lugares de memória comuns, ou ao menos poderiam tornar-se, e ser estudados como tal.

A memória social na teoria de Maurice Halbwachs, desenvolvida nos anos 1920, é por definição uma memória intercultural e tem grande utilidade. As cidades, as ruas, a arquitetura e todo

⁵ Praça localizada no centro histórico de Berlim. Na origem o local foi habitado por huguenotes franceses que se refugiaram na Alemanha [N do T].

⁶ 1813: derrota dos exércitos napoleônicos que lutaram em Leipzig contra Rússia, Prússia, Áustria e Suécia [N do T].

o edifício social remetem a essa memória como traços dispersos. Essas imbricações de traços mnemônicos de modo algum ilustram uma identidade nacional, mas sim uma penetração recíproca. Só a comparação orienta os espíritos em direção à clivagem das memórias, distinguindo-as em campos nacionalmente determinados.

A memória nacional se conserva em arquivos históricos e bibliotecas. A ordem das cotas dos arquivos lega à historiografia uma base classificatória incontornável cuja orientação nacional tem origem nas classificações da Revolução Francesa. Uma historiografia franco-alemã, mas largamente transnacional, exigiria primeiro que fosse definido, ao menos no plano teórico, um novo projeto de organização de arquivos. A exploração serial de relatórios de naturalização, de passaportes, de estadias de estudo, de tradutores, de professores de língua, de redes de correspondentes, de relatórios de embaixadas e outros objetos por definição bilaterais, supõe novas categorias arquivísticas ou ao menos o conceito de uma base arquivística transnacional.

As comparações destacam as diferenças antes de visar os pontos de convergência. O próprio processo de diferenciação, que tem como pano de fundo imbricações preexistentes, torna-se oculto.

A consciência das diferenças nacionais é por si só um produto histórico. Ela data aproximadamente da segunda metade do século XVIII. Antes as nações eram determinações secundárias, até indiferentes. O termo remetia a uma origem exterior, como a nação alemã entre os estudantes de direito em Orleans. Mas logo que se começa a comparar os momentos das culturas nacionais, acaba-se por considerar as posições opostas como dados da natureza. É essa a condição para que o historiador possa proceder à comparação entre formas de identidade.

A aparição das oposições, o aprofundamento das diferenciações

marca o processo histórico. Só a tentativa de inverter esse processo descrevendo os mecanismos de sua gênese pode permitir a definição de um espaço historiográfico realmente supranacional. Os conceitos de língua, de povo, de nação na Alemanha podem apenas ser utilmente aproximados dos conceitos franceses, em princípio equivalentes, quando analisados como a desconstrução alemã de uma conceituação francesa a partir de Herder. O fosso entre erudição filológica alemã e a ideia francesa de cultura geral no fim do século XIX é, por exemplo, um leitmotiv da história das ciências humanas. Mas a cultura geral tem o valor de resposta a uma dispersão erudita. Os pares de oposição devem ser conhecidos como pares dinâmicos.

Entre os livros que recentemente estudaram a aparição de cesuras em processo de interfaces bilaterais é necessário citar o livro de um jovem historiador alemão, Michael Jeismann (1992). O autor mostra que a imagem do inimigo na imprensa alemã e francesa do século XIX traz pouca informação sobre o outro, e mostra que o inimigo ocupa uma função interna. Sem inimigo, a identidade nacional desapareceria. Seria absurdo comparar as imagens muito pobres e estereotipadas do inimigo. O livro mostra mais a necessidade, por assim dizer estrutural, de uma cesura tão arbitrária quanto pouco explícita e as etapas de seu aprofundamento. As clivagens, os cismas, os cortes que não marcam somente os limites exteriores têm uma gênese e uma função interna. As comparações *stricto sensu* provocam frequentemente efeitos de opacidade.

A história das ciências sociais e humanas no espaço franco-alemão pode apenas constatar formas de incomunicabilidade quando coloca em primeiro plano os termos da comparação e não a inter-relação entre esses termos e seu desaparecimento.

No primeiro plano das figuras por meio das quais se identifica a universidade alemã do século XIX, é necessário nomear Guilherme de Humboldt. Uma das questões das mais controvertidas a seu respeito é aquela da relação de Humboldt com a filosofia da linguagem dos ideólogos⁷. Na Alemanha, sempre foi considerado tabu a questão de saber se a “*Bildung*” não possuía raízes impuras no sensualismo francês do século XVIII.

Na França, depois da importação da filosofia alemã e particularmente do kantismo por Victor Cousin e seus discípulos, a ideologia laica e secularizada do fim do século XIX tem o valor de uma transposição francesa do idealismo alemão.

O discurso científico sobre o estrangeiro nas universidades francesas começa e se desenvolve sobre a base da importação da filologia alemã, que faz com que os professores germanófilos passem a ter um papel essencial. Essa descoberta filológica das culturas estrangeiras transforma finalmente a visão dos eruditos sobre a própria cultura francesa. Os estudos provençais e celtas não passam da aplicação na França de instrumentos intelectuais concebidos nas universidades alemãs (Espagne, 1993). É provável que, sem Humboldt, não haveria tão cedo estudos regionais bascos; nem célticos sem o bávaro Johann Gaspard Zeuss. Sabe-se que a Escola Prática de Altos Estudos, instituída sob a impulsão de germanófilos, como Michel Bréal, foi concebida como uma tentativa de aclimatar em Paris métodos de pesquisa elaborados na Alemanha.

Os estudos comparativos consagrados aos dois sistemas

⁷ Agrupamento de letrados franceses (De Tracy, Cabanis, Volney, Garat...) reunidos em 1795 na Société des Idéologues, fundada por Destutt de Tracy, autor de *Éléments d'idéologie* (1801-1815), obra que culmina em uma gramática e em uma filosofia da linguagem. *Idéologie* (ciência das ideias) aparece nesse contexto como um neologismo [N do T].

escolares e universitários até o presente colocaram apenas em evidência uma falta completa de simetria. De tal forma que a relação recíproca, que determina amplamente o dinamismo interno dos dois sistemas, é praticamente apagada. Parece-me muito mais promissor e passível de controle o esforço para mostrar que as duas tradições científicas não são autônomas, mas explicam-se por suas inter-relações, inclusive seu desacordo deliberado, porque permite superar as dissimetrias, precisamente em razão do fato de acentuar o dinamismo.

As comparações têm sempre por referência um ponto de vista nacional. A multiplicação das comparações apenas reforça o conceito de nação. A tarefa do historiador deveria acima de tudo consistir na análise de momentos estrangeiros no processo de constituição de diferentes conceitos da nação.

Não se pode conceber uma historiografia comparativa que não se apoie no conceito de nação. Na Europa existe uma oposição entre o conceito de Estado-Nação e o conceito de nação linguística, entre o modelo francês e o modelo alemão (Brubaker, 1992). Ora, toda comparação que começa por uma oposição de dois paradigmas corresponde, no limite, a um julgamento de valor.

Ou bem traz à luz uma realidade mais profunda, a saber, que o Estado-Nação se conduz como uma nação etnolinguística ou o inverso. Ou então o conceito de Estado-Nação à francesa é projetado sobre a situação alemã. Desde que se tente uma comparação entre a França e a Alemanha em um período anterior a 1870, em regra não se pode esquecer que não havia Alemanha no sentido francês de Estado central.

Os conceitos de nação são construções históricas. No entanto, os historiadores realçam raramente o fato de que os dois conceitos foram gerados reciprocamente depois da Revolução Francesa. Depois que o conceito universalista de nação, propagado

pela Revolução, foi confiscado pelo povo francês, Fichte – fundamentalmente um jacobino, como não cessará de repetir seu biógrafo Xavier de Léon – teve de tomar a defesa dos direitos de outro povo, o seu, o povo alemão. A formulação do conceito de nação proposta por Renan seria dificilmente compreensível sem a vontade latente de se afirmar demonstrativamente contra as ambições étnicas da Alemanha. Para as numerosas etapas intermediárias, também, o conceito de nação mereceria ser analisado como conceito intercultural, quase dialógico.

Como processo bilateral, o conceito de nação não pode mais ser considerado somente no plano histórico-político ou ideológico. Nessa dinâmica, os elementos sócio-políticos, muito mais amplos do que o simples formalismo jurídico, têm também um papel. Quando se adota uma definição, não mais puramente nacional do conceito de nação, é mais fácil colocar em evidência a indistinção ou a frequente reversão de base sócio-histórica e superestrutura ideológica. Para reconstruir a cadeia causal, o processo de geração recíproca entre diversas representações da nação, independentes umas das outras, uma comparação que produza apenas um exame sincrônico será de fato insuficiente.

A noção de comparatismo abriga muitas vezes tendências de pesquisa que não tem nada a ver com comparações e correspondem muito mais à transferência cultural.

Quando os fundadores da Escola dos Anais conduziram os historiadores a pesquisar pontos de contato entre sociedades, das raízes comuns à diversidade nacional, não clamavam por comparações no sentido estrito, mas por uma perspectiva histórica globalizante.

Quando se descreve do ponto de vista quantitativo a circulação de livros na aduana de Estrasburgo, ou quando se pesquisa de

que maneira o saxão Otto Lorentz promoveu a difusão da ciência bibliográfica na França, ou quando simplesmente se analisa a demografia da imigração, o que está em jogo não é a comparação no sentido estrito, ao contrário, busca-se simplesmente tornar maleável o quadro rígido da historiografia etnocêntrica.

Desde o século XIX percebe-se na França uma tendência surpreendente de publicar histórias de universos estrangeiros. A lista de histórias da Inglaterra ou da Itália é efetivamente impressionante. Para nomear apenas alguns exemplos, a história de Florença em nove volumes de Tommy Perrens (1877/1891) ou a história da literatura italiana em uma dezena de volumes do ideólogo Ginguéné (1811/1819). Na elaboração dessas histórias é utilizada habitualmente uma perspectiva alemã. A primeira história da literatura e da cultura espanhola foi traduzida no início do século XIX de um livro escrito pelo professor de Göttingen, Friedrich Bouterwek. Após os anos 1860, o olhar sobre a Itália é predeterminado pelo livro de Jakob Burckhardt sobre a Renascença. Essa sede de apropriação intelectual do estrangeiro, habitualmente realizada graças a ferramentas intelectuais importadas da Alemanha, não tem nada a ver com comparação.

A palavra de ordem “pesquisa comparativa” pode certamente favorecer resultados positivos se se entende por isso a extensão sistemática do campo para além das clivagens nacionais. Mas a comparação tomada como método não pode em nenhum caso ser aceita de maneira acrítica, a não ser em nome de estratégias de política cultural. A teoria das transferências culturais concebe-se como contribuição a uma correção metodológica do comparatismo em história cultural.

Bibliografia

ARNOULD, Edmond. *Essais de théorie et d'histoire littéraire*, Paris, Durand, 1858.

BRUBAKER, Rogers. *Citizenship and Nationhood in France and Germany*, Harvard University Press, 1992.

CHIVA, Isaac & JEGGLE, Utz. *Ethnologie en miroir*, Paris, MSH, 1987.

ESPAGNE, Michel. *Bordeaux-Baltique. La présence culturelle allemande à Bordeaux aux XVIIIe et XIXe siècles*, Paris, Éditions du CNRS, 1991.

ESPAGNE, Michel. *Le paradigme de l'étranger. Les chaires de Littérature étrangère au XIXe siècle*, Paris, Cerf, 1993.

ESPAGNE, Michel & WERNER, Michel. « Les correspondents allemands de Victor Cousin », *Hegel-Studien*, 1986, pp. 65-85

ESPAGNE, M. & WERNER, M. “La construction d'une référence allemande em France 1750-1914. Genèse et histoire culturelle”, *Annales ESC*, julho-agosto 1987, pp. 969-992.

ESPAGNE, M. & WERNER, M. *Transferts. Les relations interculturelles dans l'espace franco-alemand*. Textes reunis et présentés par Michel Espagne et Michel Werner, Paris, Éditions Recherche sur Civilisations, 1988.

ESPAGNE, M. & MIDDELL, M. (Editores). *Von der Elbe bis an die Seine. Französisch-sächsischer Kulturtransfer im XVIII. und XIX. Jahrhundert*, Leipzig, Universitäts-Verlag, 1993.

ESPAGNE, M. ; LAGIER, F. ; WERNER, M. *Le maître d'allemand. Les premiers enseignants d'allemand (1830-1850)*, Paris, MHS, 199.

FREVERT, Ute. “Bürgerlichkeit und Ehre. Zur Geschichte des Duells in England und Deutschland”, in J. Kocka (ed.) *Bürgertum im 19. Jahrhundert*, T. 3 DTV, 1988, pp. 101-140

GINGUENÉ, Pierre-Louis. *Histoire de la littérature italienne*, Paris, 1811 à 1819.

JEISMANN, Michael. *Das Vaterland der Feinde. Studien zum nationalen Feindbegriffe und Selbstverständnis in Deutschland und Frankreich (1792-1918)*, Stuttgart, Klett-Cotta, 1992.

PABST, Wilfried. “Subproletarier auf Zeit: deutsche ‘Gastarbeiter’ im Paris des 19. Jahrhunderts », in Klaus J. Bade (editor), *Deutsche im Ausland-Fremde in Deutschland. Migration in Geschichte und Gegenwart*, Munique, Beck, 1992

PERRENS, Tommy. *Histoire de Florence depuis ses origines jusqu’à la domination des Médicis et depuis la domination des Médicis jusqu’à la chute de la République (1531)*, 9 vol. 1877-1891.

SIMON-NAHUM, Perrine. *La cité investie. La science du judaïsme français et la République*, Paris, Cerf, 1991.

WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus*, Paris, Gallimard, 1971.

WACHTEL, Nathan. *Le retour des ancêtres*, Paris, Gallimard, 1990.